

**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

CGI	<b>ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA</b>	Folha: 1 / 7
-----	---	-----------------

Data	Horário	Local
Terça 03/06/2025	14:00 às 15:00	DF - SAUS - Sala de Reunião - S.1237 - Ministro - 12º andar
Nome dos participantes	Órgão/área	
Ademir Pedro Vilaça Júnior	ASPAR	
Alfredo Ermírio de Araújo Andrade	GM	
Bianca Enders	DGC	
Chico Prado	ASCOM	
Elizabeth Cristina	AINT	
Eveline Martins Brito	SE	
Fábio Félix da Cunha Silva	AESPSD	
Felipe Barbosa Brandt	SIPRI	
Fernanda Alvares da Rocha	CRG	
Henrique Aparecido	DTI	
Gabriel de Luccas Ruiz	SE	
Lívia Oliveira Sobota	SNAI	
Marcelo de Farias Goulart	SE	
Simone Ferreira Magalhães	SIPRI	
Maria Victoria Hernandez Lerner	GM	
Marlos Moreira dos Santos	GM	
Olavo Venturin Caldas	SE	
Pablo Ademir de Souza	GM	
Raniere Araújo de Campos	CGGE	
Raquel Aparecida PereirA	OGU	
Ronald da Silva Balbe	SFC	
Sérgio Roberto Guedes dos Reis	SE	
Suzanna do Carmo Louzada	SNAI	
Tiago Chaves Oliveira	SE	
Valdirene Paes de Medeiros	OGU	
Vinícius Marques de Carvalho	GM	

**Pauta da Reunião**

1. Direcionamentos estratégicos;
2. Prioridades das Secretarias para o próximo quadrimestre;
3. Resultados e pontos de atenção do primeiro quadrimestre.

**Relato da reunião****1. Abertura e contextualização**

- 1.1. A reunião foi iniciada pelo Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho. Em sua fala de abertura, o Ministro ressaltou a importância da gestão da informação como elemento essencial para a atuação institucional, especialmente diante do crescente interesse da imprensa e da sociedade pelas ações da CGU. Destacou que a visibilidade pública aumenta a responsabilidade da equipe e exige organização rigorosa, sistematização de dados e capacidade de resposta rápida.
- 1.2. O Ministro orientou que os relatórios institucionais devem ser objetivos, concisos e claros, permitindo comunicação ágil com diferentes públicos. Indicou que as entregas devem ser traduzidas em resultados compreensíveis para o cidadão comum, com linguagem simples, sem jargões técnicos, reforçando a transparência e a legitimidade da atuação da CGU.
- 1.3. Reforçou ainda que o foco institucional deve se manter na execução das entregas já planejadas, evitando a abertura de novas frentes de trabalho neste momento, com atenção especial ao alinhamento com o Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) 2025–2027. Por fim, destacou a importância de acompanhar temas relacionados à carreira dos servidores, incluindo os debates em curso no Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), reconhecendo o papel estratégico desse processo para a valorização do corpo funcional da CGU.

**2. Apresentação das entregas estratégicas por Secretaria**

- 2.1. Foi realizada apresentação por cada Secretaria das suas prioridades para o próximo quadrimestre:
- 2.2. A **Secretária-Executiva, Eveline Martins Brito**, destacou as suas prioridades: acompanhamento e monitoramento das ações do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025–2027 (PICC 25–27); desenvolvimento e início de implementação do programa CGU+ Gestão,

voltado ao aperfeiçoamento dos processos internos e à consolidação da governança institucional; fortalecimento da integração entre as áreas de inteligência e responsabilização; avanço no Programa de fomento ao uso responsável de Inteligência Artificial na CGU; acompanhamento das tratativas da CGU na COP 30; e monitoramento dos projetos de lei relacionados à carreira e à atuação da CGU, em articulação com o MGI.

- 2.3. A **Secretária de Integridade Pública, Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira**, destacou como prioridades: fortalecimento do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (SITAI); parceria com as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) para consolidar ações de integridade; reformulação do Programa PRISMA para um modelo mais ágil, com meta de atendimento de até 80 unidades até o fim do ano; expansão das ações de integridade em estados e municípios por meio dos programas Time Brasil e Educação Cidadã; avanços no Projeto de Lei sobre Conflito de Interesses, atualmente em discussão com a Comissão de Ética Pública e o MGI; expectativa de viabilizar a transparência das Declarações de Conflito de Interesses (DCIs) no segundo semestre de 2025; reformulação do sistema E-Agendas 2.0, em estágio final de desenvolvimento, com foco em maior usabilidade; e atualizações no sistema SeCI, com novas capacitações e estímulo à adesão por parte dos órgãos.
- 2.4. O **Ministro** comentou sobre o potencial de repercussão positiva das iniciativas da SIP, sugerindo que o lançamento do E-Agendas 2.0, as novas Declarações de Conflito de Interesses e o Projeto de Lei sobre o tema possam ser apresentados publicamente por meio de coletiva de imprensa, acompanhada de treinamento a jornalistas, dada a visibilidade das temáticas e o interesse da imprensa.
- 2.5. A **Secretária Nacional de Acesso à Informação, Livia Oliveira Sobota**, destacou como prioridades: integração das frentes de transparência ativa e passiva em uma única estrutura organizacional; fortalecimento da comunicação com o cidadão por meio de linguagem simples e acessível; criação de uma página integrada que sirva como “*one-stop shop*” das ferramentas de transparência, para facilitar o acesso e integrar dados para análises inteligentes. No eixo de modernização e inteligência, foram mencionadas as ações voltadas à implantação do novo sistema de acesso à informação, à geração de inteligência sobre as manifestações no Fala.BR e à tempestividade da decisão sobre recursos, visando processos mais ágeis, íntegros e analíticos. No eixo de expansão da transparência, foram destacadas as iniciativas relacionadas à disponibilização de informações sobre emendas parlamentares, uso de QR Codes em placas de obras públicas e ampliação de consultas disponibilizadas no Portal da Transparência. Foi ressaltado o desafio de harmonização entre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente quanto à proteção de dados pessoais, no contexto dos projetos de atualização normativa em curso.
- 2.6. O **Ministro** reforçou o potencial de repercussão pública de iniciativas como a inserção de QR Codes em placas de obras e sugeriu que futuros anúncios sobre os novos marcos legais da LAI possam ser acompanhados de ações de comunicação. Solicitou a elaboração de um documento sucinto, com no máximo 20 páginas, consolidando as entregas realizadas e ações atualmente em curso sobre combate e enfrentamento a corrupção realizadas pela CGU.
- 2.7. A **Ouvidora-Geral da União, Valdirene Paes de Medeiros**, apresentou como prioridade o fortalecimento dos pilares da atuação das ouvidorias, com ênfase no acolhimento, entendido como uma escuta ativa, empática e qualificada do cidadão. O objetivo é superar o modelo tradicional cartorial e transformar as ouvidorias em espaços estratégicos de escuta social, capazes de gerar valor público por meio da análise de dados e da escuta qualificada. Informou que, em parceria com a DTI, está em desenvolvimento o novo sistema, que substituirá o Fala.BR. A nova plataforma incluirá um módulo específico de acolhimento, funcionalidade ausente no sistema atual, e será projetada para possibilitar o uso inteligente e estruturado da base de dados de manifestações registradas pelos cidadãos. Destacou-se que, embora a CGU já disponha de uma base robusta de manifestações, ainda não há ferramentas adequadas para sua exploração analítica e sistemática, o que limita a identificação de padrões, tendências e demandas emergentes no âmbito da administração pública. O novo sistema visa suprir essa lacuna, fornecendo insumos concretos para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a tomada de decisões baseadas em evidências.
- 2.8. O **Secretário Federal de Controle Interno, Ronald da Silva Balbe**, destacou como prioridade estratégica o fortalecimento do programa CGU Presente, que tem contribuído significativamente para ampliar os resultados nas frentes de auditoria, além de aprimorar a comunicação e a atuação descentralizada com as Controladorias Regionais.
- 2.9. Enfatizou a importância do contínuo investimento nas Operações Especiais, ressaltando que, em 2023, foram realizadas 47 operações e que, para 2024, a meta é superar a marca de 65. Informou ainda que as consultorias internas vêm evoluindo: foram realizadas 10 entregas em 2023 e a meta para 2024 é dobrar esse número, com 20 orientações técnicas aos órgãos.
- 2.10. Destacou também a atuação da CGU na agenda econômica e regulatória, citando como temas prioritários o monitoramento do Plano Pena Justa, a revisão do Modelo de Organização do Trabalho (MOT) e a atualização do Projeto de Lei nº 10.180 e do Decreto nº 3.591, ações que visam fortalecer a governança, a eficiência e a capacidade de controle do Estado.
- 2.11. O **Secretário de Integridade Privada Substituto, Felipe Barbosa Brandt**, apresentou as principais ações da SIPRI, organizadas em dois grandes eixos. No eixo de promoção da integridade, destacou o desenvolvimento do Sistema SAMPI, voltado à avaliação de Programas de Integridade, com três novos módulos em fase de homologação: contratações de grande vulto, módulo de PAR e de acordos de leniência. A etapa referente aos Programas de Integridade em Entes Regulados tem entrega prevista para dezembro.
- 2.12. Informou a realização da Secretaria de dois eventos estratégicos: Reunião da Rede de Integridade Privada (1º de julho) e o Dia da Integridade Empresarial (12 e 13 de agosto). Destacou também o andamento das inscrições do programa Pró-Ética, abertas até 20 de junho, e o fortalecimento do Pacto Brasil, já presente em 13 estados, com apoio das Controladorias Regionais e do SEBRAE.
- 2.13. Relatou a realização de consulta pública sobre a minuta de portaria que trata dos critérios de integridade na gestão de contratos públicos, que recebeu mais de 200 contribuições. As sugestões estão sendo analisadas pela equipe técnica.
- 2.14. No eixo de combate à corrupção, informou o desenvolvimento de um manual de vantagens, com foco na transparência nos cálculos de multas e acordos, cuja entrega está prevista para agosto. Por fim, mencionou a intenção de lançar enunciados técnicos até o Dia da Integridade Empresarial, reforçando o compromisso com a padronização e a transparência.
- 2.15. A **Corregedora-Geral da União, Fernanda Alvares da Rocha**, apresentou as principais frentes de atuação da Corregedoria-Geral, organizadas em dois eixos centrais.

- 2.16. No eixo de supervisão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), destacou a evolução do modelo de maturidade das corregedorias, que alcançou em 2024 um índice expressivo de participação, com mais de 86% das unidades avaliadas, possibilitando o monitoramento mais próximo daquelas com desempenho abaixo do esperado e fomentando a melhoria contínua da atividade correcional.
- 2.17. Ressaltou os avanços no sistema e-PAD, considerado o “coração do SISCOR”, que está sendo aprimorado com foco em maior usabilidade. Mencionou também o esforço de capacitação em curso, voltado à uniformização de entendimentos técnicos e à consolidação da jurisprudência administrativa. Informou que, naquela mesma semana, estava sendo realizado um encontro com cerca de 150 corregedores de Instituições Federais de Ensino Superior, ao longo de três dias, para qualificar as equipes correccionais. Para o segundo semestre, está prevista a incorporação de funcionalidades de inteligência artificial ao e-PAD, com vistas à automação de análises e maior eficiência nos fluxos de trabalho.
- 2.18. No eixo relativo ao Regime Disciplinar do Servidor Público e às prioridades correccionais, relatou que o Projeto de Lei sobre o regime disciplinar encontra-se em fase avançada de elaboração, após diversas discussões com a Advocacia-Geral da União (AGU), embora ainda haja pontos a serem ajustados antes da versão final.
- 2.19. Por fim, mencionou os avanços do Projeto Vespa, voltado à atuação preventiva e investigativa, que já resultou na instalação de 18 trabalhos em 2024 e 7 em 2025, consolidando-se como uma das iniciativas relevantes da Corregedoria.

### 3. Apresentação dos resultados do monitoramento institucional

- 3.1. O **Diretor de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, Tiago Chaves Oliveira**, ressaltou que a reunião do CGI integra a estrutura de governança da CGU, funcionando como espaço de avaliação das entregas, identificação de oportunidades de melhoria e fortalecimento do ciclo de gestão, em um processo contínuo de evolução institucional. Informou que todos os participantes receberam previamente o relatório consolidado com os dados do monitoramento. Em seguida, apresentou os principais resultados do acompanhamento quadrimestral:
- 3.1.1. Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC 2025–2027): entre as ações previstas para 2025, 10 estão em execução, 5 foram concluídas e 1 apresenta ponto de atenção — a ação 162, referente à Qualificação das Informações Públicas de Ouvidoria (OGU), inicialmente prevista para dezembro de 2025, teve seu prazo reprogramado para fevereiro de 2027.
- 3.1.2. Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (PEI): dos indicadores acompanhados, 14 foram alcançados e 9 ainda demandam atenção adicional.
- 3.1.3. Projetos relevantes do portfólio estratégico: o portfólio conta atualmente com 39 projetos. Destes, 8 apresentaram pontos de atenção, os quais estão sendo monitorados de forma mais próxima pela equipe técnica do DPIS.

### 4. Encerramento

- 4.1. O **Ministro Vinícius Marques de Carvalho** encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e reforçando a importância do alinhamento institucional em torno das prioridades estratégicas da CGU.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA ROCHA DE MORAES, Coordenadora**, em 30/06/2025, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PABLO ADEMIR DE SOUZA, Assessor do Ministro**, em 01/07/2025, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FARIAS GOULART, Chefe de Gabinete**, em 01/07/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BARBOSA BRANDT, Secretário de Integridade Privada, Substituto**, em 01/07/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA MAGALHAES, Chefe de Gabinete da Secretaria de Integridade Privada**, em 01/07/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA VICTORIA HERNANDEZ LERNER, Assessora do Ministro**, em 01/07/2025, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SUZANNA DO CARMO LOUZADA, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Informação**, em 01/07/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARLOS MOREIRA DOS SANTOS, Assessor do Ministro**, em 01/07/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RONALD DA SILVA BALBE, Secretário Federal de Controle Interno**, em 01/07/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO TADEU PRADO MACEDO, Chefe da Assessoria de Comunicação Social**, em 01/07/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **OLAVO VENTURIM CALDAS, Secretário-Executivo Adjunto**, em 01/07/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **FABIO FELIX CUNHA DA SILVA, Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade**, em 01/07/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE PAES DE MEDEIROS, Ouvidora-Geral da União**, em 01/07/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **ADEMIR PEDRO VILACA JUNIOR, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares e Federativos**, em 01/07/2025, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE APARECIDO DA ROCHA, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 01/07/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL APARECIDA PEREIRA, Chefe de Gabinete**, em 01/07/2025, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **RANIERE ARAUJO DE CAMPOS, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 01/07/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO GUEDES DOS REIS, Assessor**, em 01/07/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **EVELINE MARTINS BRITO, Secretária-Executiva**, em 01/07/2025, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA CRISTINA LESSA ENDERS, Diretora de Gestão Corporativa**, em 02/07/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA OLIVEIRA SOBOTA, Secretária Nacional de Acesso à Informação**, em 02/07/2025, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO ERMIRIO DE ARAUJO ANDRADE, Assessor Especial**, em 02/07/2025, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS MARQUES DE CARVALHO, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União**, em 02/07/2025, às 20:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CRISTINA MARQUES COSMO, Chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais**, em 15/07/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DE LUCCAS RUIZ, Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas**, em 15/07/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO CHAVES OLIVEIRA, Diretor de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade**, em 23/07/2025, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3683241 e o código CRC D1ED7846

Referência: Processo nº 00190.106454/2025-60

SEI nº 3683241